

XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

Para ver Cristina: a Argentina e a mídia brasileira.

Luiz Alberto Grijó.

Cita:

Luiz Alberto Grijó (2013). *Para ver Cristina: a Argentina e a mídia brasileira. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/342>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras
Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 42

Título de la Mesa Temática: Las publicaciones periódicas en América Latina y su recepción en el campo social y político

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as: Aranda, María Marcela; Valle, Fabio Aberaldo Moraga; Arce, Alejandra Evelia de

PARA VER CRISTINA: A ARGENTINA E A MÍDIA BRASILEIRA

*Luiz Alberto Grijó
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
lgrijo@uol.com.br*

Em fevereiro de 2013 o periódico *Zero Hora*, do grupo empresarial Rede Brasil Sul (RBS), publicou uma espécie de edição especial de um de seus cadernos, “dinheiro”, dedicada à Argentina. Com o título de “bronca”, a série de matérias teve como chamada de capa: “até os anos 1940 candidata a se tornar grande potência internacional, a Argentina enfrenta descrédito externo e diferentes crises internas: econômica, política, social e de autoestima” (*Zero Hora*, Caderno Dinheiro, 24 de fevereiro de 2013: 1). Depois de percorridas as oito página do caderno, o que resta é a

noção de que o país vizinho é um poço de contradições entre um passado supostamente glorioso, cujos resquícios são os “edifícios majestosos”, cafés e espetáculos de Buenos Aires, e um presente de pobreza, camelôs nas ruas, onde “golpistas e assaltantes estão à solta” (Idem: 4). A “classe média” se reúne a partir de combinações nas “redes sociais” para bater panelas em protestos os mais variados, sendo a “corrupção” seu alvo principal (Idem: 2). Como se trata de um caderno de economia, as questões a ela relativas se sobressaem: a relação entre o câmbio “oficial” e o “negro”, a “manipulação” dos índices estatísticos pelo governo através de seu controle sobre o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), o congelamento de preços e a inflação. O cenário bastante desolador se completa com o “cerco à imprensa” que seria realizado pelo governo desde Néstor Kirchner por meio de legislações (*Ley de Medios*) e uma “campanha sem tréguas” (Idem: 7).

A última página do caderno especial encerra a série com uma matéria intitulada “ela não quer largar o cetro”. Ao lado, ocupando quase metade da página, está uma foto de Cristina Kirchner, provavelmente da posse no mandato presidencial, mas isso não é referido, segurando nas mãos o bastão cerimonial e portando a faixa presidencial alviceleste. Cristina é chamada de “irascível”, pois “compra brigas, insulta quem bem entende e processa desafetos na justiça”. Seria uma “mulher forte” que teria “conduzido” seu falecido e “inexpressivo” marido ao governo. “Cristina não mede palavras, despreza volteios diplomáticos, fala o que o povo quer ouvir”. Por outro lado, seria também “notória a vaidade de Cristina, não atenuada nem pelo luto”. Ela ainda “desentende-se com os vizinhos Uruguai e Chile, trata mal o Brasil nas relações comerciais, esquecendo-se que necessita de apoio”. A matéria tem em apêndice frases soltas da presidenta, uma compilação atribuída ao jornal *La Nación*, dentre elas, “na verdade, me sito um pouco Napoleão” (Idem: 8), a que melhor sintetiza o conteúdo geral da reportagem. Ou seja, depois de oito páginas nas quais o leitor se depara com um diagnóstico feito pelo jornal de inúmeras mazelas atuais da Argentina, fica a impressão de que senão todas, mas boa parte delas, devem ser atribuídas à megalomania, à prepotência e ao autoritarismo de sua mandatária maior.

Não é preciso reforçar aqui o que já tem sido desenvolvido por cientistas sociais e historiadores a respeito do que se pode chamar de poder de agenda (Maxwell, 2009) ou de capacidade de mobilização de grupos sociais e de produção e reprodução de visões de mundo (Bourdieu, 1997; Champagne, 1998) por parte dos

meios de comunicação sociais. Estes estudos que tendem a conceber o lugar da mídia a partir da noção de campo social (Bourdieu, 1997) ou como um sistema (Luhmann, 2005), se baseiam no modo como tal espaço social se desenvolveu no mundo ocidental. Pela posição dominante que este mundo exerceu e ainda exerce, seu modelo foi se espraiando globalmente e, de um modo ou de outro, sendo adaptado a mundos periféricos como o latino-americano. Em trabalho anterior tive a oportunidade de analisar essa questão, concluindo que, à diferença de outras histórias nas quais é identificável uma autonomia relativa dos espaços de produção midiáticos, no caso do Brasil, isto não ocorre com tamanha evidência, sendo na verdade a relação entre as esferas midiática e, principalmente, da política partidária e da economia muito mais simbióticas do que em outros lugares. Ou seja, é difícil para um agente da mídia pensar precipuamente como tal, sendo mais comum tomadas de posição e visões de mundo mais político-partidárias, por exemplo (Grijó, 2012). Fica mais difícil nesse contexto separar no jornalismo aquilo que é propriamente jornalismo daquilo que é pura e simplesmente política, ideologia, ou interesse econômico.

Desse modo, o que é apresentado como sendo uma visão “objetiva” e, eventualmente, como “a verdade”, por parte de um meio de comunicação pode estar sendo de fato informado e conformado por interesses e visões que pouco ou nada têm de jornalísticos. Os efeitos disso podem ser realmente mobilizadores, seja conformando e confortando os grupos e pontos de vista concordantes, normalmente os dominantes, seja desconfortavelmente inconformando os grupos e pontos de vista discordantes. Evidentemente que tais efeitos não se dirigem diretamente aos objetos em foco, a Argentina, nesse caso, embora possam estar concordes com o que esperam e propõem certos grupos de comunicação e/ou grupos políticos internos interessados em que seus pontos de vista sejam levados ao mundo, mas ao “seu público”, os consumidores brasileiros de produtos midiáticos.

Sendo assim, o que é desenvolvido aqui não é uma discussão a respeito da Argentina e suas questões histórico-sociológicas e muito menos é travada uma batalha contra as representações propostas pela mídia brasileira a tal respeito. Ou seja, não é o lugar para avaliar se o que é apresentado é verdade ou não, é objetivo ou não, está certo ou errado. A proposta é analisar o modo como a Argentina é apropriada como objeto jornalístico por empresas midiáticas brasileiras. Ou seja, o que é avaliado é o peso que isso possa ter no Brasil em relação com suas próprias questões internas, suas

disputas políticas, e não se tais produtos (reportagens, comentários, notícias) são ou não correspondentes com a realidade. Para isso foram escolhidas matérias de reportagens e opinião de duas empresas representativas de alcances e amplitudes diferentes no Brasil: o grupo regional RBS, sediado em Porto Alegre, capital do estado mais meridional da União, o Rio Grande do Sul, mas com importantes ramificações em estados da região sul como um todo; e o Grupo Folha, empresa de comunicação de alcance nacional sediada em São Paulo.

O material recolhido se refere basicamente ao ano de 2011. Foi feito um apanhado geral pela internet do que foi veiculado sobre a Argentina naquele ano pelas empresas citadas, sendo que dois acontecimentos ganharam importância especial: o que foi chamado de “ocupação” de edifícios de propriedade da empresa de TV a cabo *Cablevisión*, do Grupo Clarín, e a aprovação do projeto de lei pelo Senado argentino que alterou as regras de produção, comercialização e distribuição de papel para jornais no país, o “caso” Papel Prensa.

Costumeiramente, a Argentina frequenta as páginas dos jornais e as telas de computadores e televisores no Brasil quando se trata de futebol – Messi, seleção argentina, os jogos contra times brasileiros na Copa Libertadores da América –, ou quando ocorre algum “fato ônibus”, que pode suceder em qualquer parte do mundo (Bourdieu, 1995: 23), como as chamadas “tragédias”: o incêndio da boate República Cromañón em 2004, ou acidente ferroviário na estação Once em 2012. Muito raramente outras referências aparecem. Em 2011, porém, um assunto foi frequentemente abordado: a relação entre o governo argentino, especialmente sua presidenta, com os grupos de mídia de seu país. Desde o início daquele ano, quando em 27 de março um movimento de protesto trabalhista teria impedido a circulação de alguns jornais portenhos, como *El Clarín*, o qual sairia no dia seguinte com sua capa em branco, passando pelas suspeitas de que os herdeiros das empresas do Grupo Clarín fossem filhos adotados de desaparecidos políticos, vários acontecimentos envolvendo os meios de comunicação argentinos foram noticiados. O sentido geral do que foi veiculado pode ser resumido naquilo que apareceu inicialmente como abertura

de uma matéria, e depois foio repetido em várias outras sob o título de “saiba mais”, do sítio da internet *Folha.com*: “a intenção do governo argentino de legislar sobre a fabricação e a distribuição do papel para jornais e o estabelecimento da Lei de Serviços Audiovisuais, que determina a abertura do setor, são algumas das questões de disputa entre Cristina Kirchner e os donos dos principais jornais do país” (*Folha.com*, 21/10/2011 como abertura de “Disputa com a mídia marca gestão de Cristina Kirchner” e em várias matérias e *posts* desde 20/12/2011 como “saiba mais”). O repetido “saiba mais” ainda acrescenta:

A fábrica Papel Prensa foi fundada em 1972 e adquirida pelos principais jornais argentinos, “Clarín” e “La Nación”, durante a ditadura, fato que está sendo investigado pela justiça por conta das denúncias de que foram cometidas violações aos direitos humanos neste processo.

Para a Adepa (Associação de Entidades Jornalísticas Argentinas), os últimos anos foram os mais difíceis para os meios de comunicação argentinos desde a retomada da democracia em 1983.

A entidade alega que jornalistas de meios de comunicação vêm sofrendo “danos pessoais e injúria” por parte de funcionários ou setores ligados ao governo” (*Folha.com*, várias matérias e postagens desde 20/12/2011 como “saiba mais”).

No levantamento feito no sítio *Folha.com*, as chamadas para as matérias sobre o assunto ao longo de 2011 dão uma ideia do sentido do que foi veiculado e com qual intensidade:

Dia/Mês e Hora	Chamada
13/01 – 20:58	Briga política causa fechamento provisório de rede de TV na Argentina
31/01 – 11:28	Jornais destacam pontos de tensão em viagem de Dilma
24/02 – 18:27	TV pública argentina transmitirá 2ª divisão e outros esportes
28/03 – 17:50	Em protesto ao governo, jornal argentino deixa capa em branco
30/03 – 16:57	Na Argentina, Chávez ganha prêmio por defesa da imprensa
31/03 – 08:36	Ministra argentina diz que caso “Clarín” é “show” da oposição
02/04 – 15:54	Oposição argentina pede cuidado com a democracia após bloqueio do “Clarín”
06/04 – 16:01	Argentina investiga suspeita de extorsão ao jornal “Clarín”
14/04 – 22:05	Argentina vive polêmica devido a decreto contra bloqueio a jornais
28/05 – 07:14	Argentina é hostil com imprensa, diz editor do “Clarín”
05/06 – 08:01	O antikirchnerismo audaz de Beatriz Sarlo
17/06 – 15:48	Filhos adotivos de dona do “Clarín” aceitam fazer exames de DNA
15/07 – 09:14	Mercado do governo argentino fecha banca que vendia “Clarín”
15/07 – 18:57	“Tvs para Todos” é a nova arma eleitoral de Cristina Kirchner
15/07 – 23:33	Exame comprova que herdeiros do “Clarín” não foram roubados na ditadura
16/07 – 08:53	Herdeiros do Clarín não são filhos de desaparecidos políticos
17/07 – 07:20	Argentina proíbe oferta sexual em jornais
31/08 – 19:12	Eleições levam a bate boca entre ministro e repórter na Argentina
24/09 – 07:58	Justiça argentina diz que não quer dados pessoais de jornalistas
17/10 – 08:47	Kirchner conquista apoio da mídia argentina com publicidade oficial
21/10 – 20:55	Disputa com a mídia marca gestão de Cristina Kirchner

16/12 – 01:55	Câmara argentina dá ao governo poder sobre papel-jornal
20/12 – 14:58	Empresa do grupo argentino Clarín é invadida por militares
20/12 – 20:51	Aumenta tensão entre governo e imprensa na Argentina
21/12 – 10:43	Governo argentino quer barrar operações da Cablevisión, diz diretor
21/12 – 16:07	Oposição na Argentina convoca diretores de emissora invadida
21/12 – 20:40	Senado argentino vota amanhã lei que torna papel-jornal bem público
22/12 – 07:01	Empresário critica atitude do governo argentino contra mídia independente* *(entrevista com Jorge Fontevecchia, proprietário do Grupo Perfil: revistas <i>Caras e Noticias</i>)
22/12 – 19:43	Senado argentino aprova controle do papel-jornal pelo Estado

O conflito é apresentado como sendo entre Cristina Kirchner e a “mídia”, que é várias vezes adjetivada de “independente”. Por outro lado, chama muito a atenção nas matérias a publicação repetida de duas fotos, ao menos nove vezes ao longo de 2011, que remetem à edição de 28 de março do jornal *Clarín*, a que saiu com a capa em branco: uma delas mostra um senhor de idade segurando a edição nas mãos e a outra mostrando a mesma edição ao lado das edições do mesmo dia de *Página 12*, de *La Nación* e de um outro jornal que não dá para se identificar (*Folha.com*, várias matérias ao longo de 2011).

O jornal *Zero Hora*, por sua vez, foi muito mais incisivo em suas matérias no sentido de reforçar a visão de uma luta entre o governo argentino, ou entre o casal Kirchner e, especialmente, Cristina, e a “mídia”. A *Cablevisión* teria sido vítima de uma “invasão” policial, em “um novo capítulo da guerra travada pelo governo argentino contra a imprensa”, contra a “mídia, crítica de Cristina Kirchner”. É lembrada a proximidade da votação no Senado Argentino da lei que “expropria” a Papel Prensa e a versão do jornal *Clarín* a respeito dos acontecimentos é destacada (*Zero Hora*, 21/12/2011). A matéria trás também um quadro, do tipo daquele “saiba mais” que acompanha as matérias do *Folha.com*, resumindo o que o veículo entende ser o conflito:

O cerco de Cristina à mídia	
- A briga entre o governo e os jornais La Nación e Clarín, os dois principais do país, é antiga. Começou no governo de Nestor Kirchner, que propôs uma reforma na lei dos meios de comunicação. Ao assumir o segundo mandato, Cristina, deixou claro que tem pressa em impor limites à imprensa.	
- Ao assumir, Cristina Kirchner declarou os jornais Clarín e La Nación inimigos da Casa Rosada. O governo acusou os proprietários dos jornais de terem se apropriado da empresa Papel Prensa ilegalmente, até mesmo com tortura da então proprietária e mediante ameaças.	
- Em 27 de março, sindicatos ligados ao governo impediram os caminhões de sair do parque gráfico do Clarín. O motivo era um suposto protesto de motoristas. Pela primeira vez desde o retorno da democracia, o Clarín deixou de circular. A medida afetou ainda o jornal esportivo Olé, pertencente ao mesmo grupo.	
- No dia seguinte, o Clarín publicou uma capa em branco*.	
* A foto da edição é reproduzida na matéria.	
- Na quinta-feira da semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei segundo o	

qual o governo passa a controlar a fabricação, distribuição e importação de papel jornal.

- O projeto deve ser votado no Senado amanhã. O governo tem maioria para vencer. A lei abre uma brecha para que a Casa Rosada aumente a participação na Papel Prensa – a única fábrica de papel para jornais do país. Atualmente, o grupo Clarín e o La Nación são os principais acionistas (juntos, têm 71% das ações). O governo tem 27%. Órgãos de imprensa internacionais dizem que, se o governo tomar o controle da produção de papel, só haverá lugar para a imprensa oficial.

De modo geral, mas cada empresa ao seu modo, pois é inegável que por critérios estritamente jornalísticos a cobertura do Grupo Folha é muito mais qualificada do que a do Grupo RBS (entre outras coisas, o primeiro mantém na Argentina uma correspondente fixa), dois editoriais, um da *Folha de São Paulo* e outro de *Zero Hora*, permitem sublinhar a posição destes meios que mais ou menos diretamente condicionaram o que foi veiculado ao longo de 2011 sobre o assunto. O de *Zero Hora* foi intitulado “A invasão das liberdades”:

É muito mais do que uma questão restrita aos cidadãos argentinos a pressão exercida, agora com violência, pelo governo da presidente Cristina Kirchner contra os meios de comunicação do país. Interessa a todos os defensores das liberdades a condenação pública do episódio ocorrido esta semana, com a invasão policial do prédio da TV a cabo Cablevisión, sob o argumento de que, por ordem judicial, a empresa do grupo Clarín deveria ser investigada por suspeita de concorrência desleal. É uma situação que seria absurda em qualquer país democrático. Eventuais conflitos de mercado entre concorrentes, como se alega no caso, não podem ser resolvidos pela truculência policial.

Está claro, na invasão, que o governo radicalizou seus métodos com o objetivo de calar o jornalismo independente, o que inclui outras manobras, como a tentativa de controle estatal absoluto da produção e distribuição de papel para a impressão de jornais. Alegam os policiais que estavam sob ordens da Justiça, para cumprir mandados de busca e apreensão. Mas o que justifica a mobilização de 50 agentes, como se a operação fosse destinada a reprimir alguma atividade ilegal? Ficou evidente que a ação foi um espetáculo, com o objetivo de tentar constranger não só o grupo Clarín, mas todos os veículos considerados inimigos por não estarem alinhados com a propaganda do governo. Preocupa que a agressão à empresa se sustente no pretexto de que foi autorizada por um juiz federal, o que insinua que a tática de sufocar os meios de comunicação pode estar conquistando aliados até mesmo no Judiciário.

Arroubos autoritários invariavelmente têm a imprensa como alvo. É uma artimanha clássica de governos inseguros, que, assim, amordaçam muito mais a sociedade do que as empresas de comunicação. Pela gravidade do fato e por suas consequências, a invasão da TV, no contexto de iniciativas antidemocráticas que vêm sendo adotadas pela senhora Cristina Kirchner, não pode ser um assunto restrito a interpretações políticas e locais. Deve ser investigada

por organismos internacionais de defesa da liberdade de expressão. A imprensa independente mundial, e não só a argentina, foi ultrajada pela ação da polícia governista (*Zero Hora*, 22/12/2011, editorial).

O editorial da *Folha de São Paulo*, por sua vez, denominou-se “O papel do 'Clarín'” e teve como subtítulo “presidente Cristina Kirchner, da Argentina, move campanha contra a imprensa discordante e tenta impor no país a ditadura da maioria”:

Diferente do Brasil, que ao se democratizar exorcizou seu passado populista, na Argentina uma herança petrificada continua a sufocar as instituições políticas.

Esse populismo renitente, ideologicamente dúbio e animado pela nostalgia de um passado mítico, encontrou novo alento na última década, quando a Argentina cresceu entre 7% e 9% ao ano, depois da recessão devastadora do governo Fernando de la Rúa, forçado a renunciar em 2001.

Eleito em 2003, o peronista Néstor Kirchner se beneficiou da avidez mundial por commodities como soja e trigo, tornando-se governante popular que elegeu com facilidade a mulher Cristina, então senadora, para sucedê-lo.

Surfando a mesma onda econômica, a presidente foi reeleita em outubro com 54% da votação, já investida no carisma de viúva num país cuja história política cultua certo elemento de morbidez.

E, se todo governo tende ao abuso do poder, o governo favorecido pela popularidade tende ainda mais. Não demorou para que a presidente então recém-eleita se voltasse a uma campanha sistemática contra a imprensa discordante.

Sobreveio o costumeiro cortejo de desmandos de todo governo que pretende exercer a ditadura em nome da maioria: aprovação de leis autoritárias num Congresso obediente, pressões sobre um Judiciário amedrontado, intimidações de todo tipo contra a imprensa e, claro, farta subvenção para periódicos e emissoras dóceis ao poder.

Nada disso é novo, nem inerente à Argentina, inscrevendo-se numa regressão neopopulista que atingiu a Venezuela, a Bolívia e o Equador. Surpreende que o vizinho do sul, que conta com ampla e esclarecida classe média, esteja enredado numa trama política tão rudimentar, sob governo tão pouco submetido a controles institucionais.

A guerra de Cristina Kirchner contra a imprensa tem como alvos os jornais "La Nación" e "Clarín", sobretudo este último, núcleo do maior grupo de comunicações do país, com predomínio também na TV e internet. Moderadamente simpático aos Kirchner no início, o "Clarín" se deslocou para a oposição, empurrado por um governo que demanda rendição incondicional.

Teve início uma sanha persecutória, cuja desfaçatez nem dissimula o intuito de calar toda voz dissidente. Desde boicotes e investigações fazendárias até a tentativa de tomar da empresa sua fábrica de papel (da qual o governo é sócio minoritário) – tudo em siso tentado contra o "Clarín".

Ainda que acusações de práticas oligopolísticas dirigidas ao grupo possam ter fundamento, o que resta comprovar, ele representa hoje a resistência ao abuso do poder e a promessa de uma democracia de verdade na Argentina (*Folha de São Paulo*, 22/12/2011, editorial).

Apesar de termos sempre que separar, para efeitos de uso como fontes, as diferentes partes ou segmentos que os periódicos diários apresentam, como o que é opinião editorial, opinião de colunistas e, dentre estes, quais são regulares e quais são esporádicos ou sazonais, do que é o noticiário propriamente dito, além de outros recortes possíveis, nesse caso, como em outros tantos, creio que pode ser percebido tanto um efeito de campo (ver Bourdieu, 1997), num sentido amplo que congrega a imprensa mundial como um todo e o que os jornalistas individualmente tomados acreditam ser seu ofício, quanto uma espécie de prevenção por parte de duas grandes empresas de comunicação brasileiras, equivalentes em termos empresariais com o Grupo Clarín, quanto ao que poderia acontecer no Brasil, segundo o que elas próprias antecipam ou buscam se prevenir contra.

De modo geral, mais implicitamente no caso das matérias noticiosas e explicitamente no caso dos editoriais e de colunas de opinião, a comparação do caso argentino com o brasileiro é sempre presente.

Na década de 1980, foi veiculada no Brasil uma campanha publicitária da vodca da marca Orloff. Na propaganda de televisão, aparece um sujeito pedindo uma vodca ao garçom. Ele é interpelado por um outro sujeito fisicamente igual a ele, de muito bom humor, vestindo um roupão, que intercepta o copo e diz para o garçom trocar para a vodca Orloff. Estranhado a situação, o primeiro sujeito pergunta ao outro: “quem é você?”. O outro responde: “eu sou você, amanhã”, dando a entender que se tomar Orloff não ficará com ressaca no dia seguinte (vários dos reclames da série estão disponíveis no sítio *You Tube* da internet). Numa década na qual planos econômicos se sucediam tanto na Argentina quanto no Brasil, na mídia e/ou em alguns meios tecnocráticos se criou o bordão “eu sou você amanhã” para se referir ao Brasil em relação com a Argentina, pois este último país seria o pioneiro em planos econômicos, políticas públicas, reformas institucionais que o Brasil tederia a seguir logo depois.

Ou seja, a comparação entre os dois países é já antiga na mídia brasileira, sendo que o caso atual não é inédito ou excepcional. Porém, agora o sentido geral

mudou, pois a ideia-força não é mais a de que o Brasil seguiria a Argentina, ao contrário, o espelho se inverte e o que é mostrado a esse respeito é que o Brasil não deve ser confundido com a Argentina e o rumo que esta vem tomando.

Um editorial de *Zero Hora* denominado “mudança de rumo” parece resumir o que seria o receio dos grandes grupos monopolísticos de mídias no Brasil:

Felizmente, o governo Dilma começa a emitir sinais de que está mudando o rumo do debate sobre o novo marco regulatório do setor de comunicações. Ao que tudo indica, sairão de cena velhos ranços ideológicos, entre os quais a campanha pelo veto à propriedade cruzada de veículos de informação e a obsessão pelo controle social da mídia, e entrarão em discussão temas objetivos como a própria liberdade de imprensa, a qualidade dos conteúdos e o cumprimento rigoroso dos preceitos constitucionais. Com isso, perde espaço o discurso radical que flertava com o autoritarismo e ganha ênfase o viés técnico para a construção de um projeto consistente, que contemple as demandas do público e as necessidades do setor.

De acordo com o ministro Paulo Bernardo, das Comunicações, o governo ainda está estudando as questões mais delicadas e não tomará nenhuma decisão antes de fazer consultas públicas. Além disso, tudo será submetido ao crivo do Congresso Nacional. É bom que assim seja, até mesmo para que o país não perca tempo e energia com impasses ultrapassados, como o do veto à propriedade cruzada. A própria tecnologia se encarregou de derrubar este conceito, pois a convergência das mídias fez com que informações, dados e imagens passassem a trafegar simultaneamente em todas as plataformas. Já não faz mais sentido analisar a comunicação apenas sob a ótica dos meios tradicionais – rádio, televisão e jornal. O mundo mudou, os caminhos de acesso à informação e ao entretenimento se multiplicaram. É coerente, portanto, a proposta de implantação de um modelo que considere a convergência das mídias, o que obrigará a própria Anatel a se atualizar, uma vez que a agência reguladora continua tratando os meios de comunicação de forma isolada.

Esta nova realidade tecnológica, ao mesmo tempo em que torna urgente a revisão do marco regulatório do setor, já propicia a tão falada democratização dos meios, que é regulada pelo próprio mercado. Em decorrência, tornam-se absolutamente desnecessários mecanismos estatais de controle, como o polêmico Conselho Federal de Jornalismo que chegou a ser proposto à administração anterior. O melhor controle social da mídia – como disse mais de uma vez a presidente Dilma Rousseff – é o controle remoto, que dá liberdade ao indivíduo para selecionar os canais que deseja ver e a escolher os veículos que melhor atendem suas demandas. Compete às empresas de comunicação desenvolverem seus próprios instrumentos de autorregulamentação para satisfazer as exigências do público e para dar transparência às relações com os usuários de seus serviços.

É extremamente saudável, portanto, essa mudança da visão retrógrada para um debate objetivo, técnico e desideologizado. Os sinais que vêm sendo emitidos à sociedade pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro Paulo Bernardo são altamente positivos, pois contemplam acima de tudo os interesses do público e do país. A liberdade de expressão não é uma prerrogativa dos meios e dos profissionais de comunicação – é um direito sagrado e constitucional dos cidadãos brasileiros (*Zero Hora*, 31/01/2011: 18).

Em outros editoriais e matérias essa questão é sempre ressaltada, pois é certo que há no Brasil muitos intelectuais, jornalistas, entidades de classe e sindicais, partido políticos, inclusive muitos militantes do partido político do ex-presidente Lula da Silva e da atual presidenta Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores (PT), que advogam a necessidade de que leis mais duras e ações mais decisivas do governo regulem e controlem mais fortemente as atividades no setor dos meios de comunicação social. Em outras palavras, o que pode parecer ser o grande “problema” que a “imprensa livre” enfrenta na Argentina, poderia também vir a ser um “problema” para ela, segundo ela mesma, no Brasil.

Nesse sentido, as grandes empresas de mídia brasileiras se engajam em uma luta que é política de defesa de seus interesses empresariais e também de sua proeminência no mercado doméstico de produtos midiáticos os mais diversos. Uma das ideias-forças básica é a de que liberdade de imprensa é a mesma coisa que liberdade de expressão, sendo ambas os pilares básicos da democracia. Esse trabalho de imposição dessa visão a respeito de seu próprio lugar no mundo é feito diariamente pelos meios de comunicação, contando no mundo político-partidário (isso no próprio PT), no mundo jurídico e no mundo empresarial com importantes adeptos.

Como não é possível apontar para a Argentina e acusá-la de “ditadura” ou de “regime autoritário”, como é feito quando se trata de Cuba (veja-se o caso da chamada “blogueira” Yoani Sánchez, apresentada como uma heroína numa luta sem quartel contra uma ditadura opressora, *Veja*, 27/02/2013, capa), o foco se torna o governante. Nesse caso, Cristina Kirchner é que concentra em si mesma os predicados

de quem passa a operar a “perseguição” da “mídia independente”, atentando contra a “liberdade de expressão” e a “democracia”: é “vaidosa”, “autoritária”, “vingativa”, etc..

Ou seja, apontar Cristina Kirchner como a responsável pelo que se está apresentando como perseguição, violência, autoritarismo, arbitrariedade e assim por diante não visa diretamente a Argentina e os efeitos que isso poderia ter lá, mas o próprio Brasil e a interferência direta nos rumos que poderiam tomar aqui políticas públicas de regulamentação e controle do setor. Por enquanto, isso tem dado resultados favoráveis aos interesses dos grandes grupos empresariais, pois, a se julgar pelo que tem sido manifestado por agentes do governo atualmente, como o ministro das Comunicações Paulo Bernardo (*Carta Capital*, 03/04/2013: 27-31), tais interesses não somente serão respeitados como contemplados com mais concessões à liberdade de imprensa e à liberdade de empresa como liberdade *tout court*.

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. (1997) *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CHAMPAGNE, Patrick. (1998) *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, Vozes.
- GRIJÓ, Luiz Alberto. (2013) A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. Artigo a ser publicado em coletânea sobre a História do Tempo Presente por Marieta Ferreira e Lucília Neves, Rio de Janeiro, FGV.
- LUHMANN, Niklas. (2005) *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo, Paulus.
- MAC COMBS, Maxwell. (2009) *A teoria da agenda – a mídia e a opinião pública*. Rio de Janeiro, Vozes.

Referências Fontes:

- Carta Capital*. (2013) 03 de abril. São Paulo, Editora Confiança.
- Folha de São Paulo*. Sítio da internet www1.folha.uol.com.br/fsp, acessado em fevereiro de 2012.
- Folha.com*. Sítio da internet www1.folha.uol.com.br/mundo, acessado em fevereiro de 2012.
- Veja*. (2013) 27 de fevereiro. São Paulo, editora Abril.

You Tube. Sítio na internet <http://www.youtube.com>, acessado em 8 de abril de 2013: “eu sou você, amanhã. Orloff”.

Zero Hora. Nas edições impressas citadas constam as páginas e a referência. As demais foram extraídas do sítio na internet www.clicrbs.com.br/zerohora, o qual era de livre acesso em fevereiro de 2012, quando da consulta e recolha do material. Hoje o conteúdo é pago e nem todo ele é mais disponível. Como nesse caso o que é citado é o que foi também publicado em edições impressas, apenas não foi possível referir as páginas destas.

<http://interesculashistoria.org/>